



Revista eletrônica de ciências sociais aplicadas.

ISSN: 1980-0193

ARTIGOS COMPLETOS/COMPLETS ARTICLES

AS ORGANIZAÇÕES DE PAÍSES DESENVOLVIDOS APRESENTAM RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE MAIS COMPLETOS DO QUE AS DE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO? UMA COMPARAÇÃO ENTRE BRASIL E CANADÁ

Luciano Munck⁽¹⁾

Universidade Estadual de Londrina – UEL/PR

Rafael Borim de Souza⁽²⁾

Universidade Federal do Paraná – UFPR/PR

RESUMO

Este artigo se propôs a analisar de forma exploratória e comparativa as organizações de duas nações, uma desenvolvida e outra em desenvolvimento, no que tange à completude da apresentação dos indicadores que compõem os relatórios de desenvolvimento sustentável. O intuito foi averiguar se existe uma relação entre Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), publicados pelo *United Nations Development Programme*, e a completude dos relatórios de sustentabilidade, dado pelos indicadores de sustentabilidade relatados pelas empresas. Brasil e Canadá foram selecionados por, respectivamente, possuírem a pior colocação sul americana e a melhor colocação norte americana no ranking dos setenta maiores IDHs do planeta. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, exploratória e documental, além de um levantamento teórico-metodológico sobre sustentabilidade. Analisou-se os relatórios de sustentabilidade reportados por empresas brasileiras e canadenses, em conformidade as diretrizes da *Global Reporting Initiative*, no ano de 2008. Conclui-se que o Brasil, apesar de estar em uma posição relativa muito ruim no IDH, apresentou relatórios empresariais de sustentabilidade com melhores níveis de aplicação, com mais setores representados e com maior quantidade de informações do que os relatórios provenientes das empresas canadenses.

PALAVRAS CHAVE: Sustentabilidade; *Global Reporting Initiative*; Organizações.

DO THE ENTERPRISES FROM DEVELOPED COUNTRIES PRESENT SUSTAINABLE REPORTS MORE COMPLETE THAN THE ONES FROM COUNTRIES IN DEVELOPMENT? A COMPARISON BETWEEN BRAZIL AND CANADA

ABSTRACT

This article intended to analyze, by an exploratory and comparative view the organizations from two countries, one developed and the other one in development, concerned with its sustainable indicators. The principal aim is check if there is a relation between their Human Development Index (HDI), published by the United Nations Development Programme, and the data presented in their respective sustainable reports, given by the sustainable indicators reached by the enterprises from each country. Brazil and Canada have been selected because they have, in order, the worst South American position and the best North American position in the first 70 HDI in the world. It was realized a qualitative, exploratory and documental research. It was made, also, a survey about sustainability. The Brazilian and Canadian organizational sustainable reports published in 2008 in the directives given by the Global Reporting Initiative were analyzed. For the study it is possible to conclude that Brazil, besides of being in a bad position in the HDI rank, have presented better organizational sustainable reports with better levels, coming from more economic sectors, and with more quantity of informations, if compared with the respective 2008 Canadian sustainable reports.

KEYWORDS: Sustainability; Global Reporting Initiative; Enterprises.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos organizacionais, em um dos seus principais enfoques, se preocupam com o provimento de explicações plausíveis que retratem a comprovação dos movimentos sociais como estratégias propiciadoras do desenvolvimento. Esta é uma consequência do exercício das organizações e se estabelece junto ao meio com benefícios e prejuízos. Dentro do que se pode considerar “prejuízos”, o advento dos malefícios sociais, constatados por problemáticas ambientais e desigualdade entre os povos, tem orientado diferentes comunidades a questionar metodologias de atuações econômicas irresponsáveis.

As exigências de diferentes comunidades (científicas, organizacionais, sociais) por um desenvolvimento sustentável, definido por Brundtland (1987) como aquele que não compromete a sobrevivência de gerações futuras por meio da exploração responsável de recursos naturais no presente conquistam cada vez mais espaço junto aos meios acadêmicos, midiáticos e organizacionais. Esta concepção de desenvolvimento agrega em si definições convencionais sobre os objetivos econômicos e sociais da humanidade por uma visão de longo prazo ao considerar questões ambientais em suas premissas.

Muitos autores consideram que as nações e as organizações apresentam um comportamento contínuo de agirem em favor do meio ambiente somente quando

pressionadas por órgãos cujo poder de regulação seja reconhecido por diferentes atores sociais. Eles consideram que as práticas de investimentos resultantes em ações sustentáveis são compreendidas como custos secundários em momentos de bonança econômica, ou prejuízos em períodos de crise do sistema.

Os países estão segmentados em diferentes faixas de desenvolvimento social e econômico. O *United Nations Development Programme*, por exemplo, na categorização das nações em referências aos seus respectivos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), propõe três intervalos principais: desenvolvimento humano elevado, desenvolvimento humano médio, desenvolvimento humano baixo.

Por meio da metodologia analítica utilizada para o tratamento destes índices compreende-se que quanto maior o IDH de uma nação, maior a qualificação de suas políticas em responder efetivamente preocupações sociais relacionadas a: uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e um padrão de vida decente. Entretanto, existe a dúvida se tais nações, reconhecidamente mais qualificadas em seus IDHs possuem uma extensão destas preocupações em práticas organizacionais ocorrentes em seus territórios. Deste contexto, emerge o problema que originou esta pesquisa: países desenvolvidos apresentam relatórios de sustentabilidade mais completos que países em desenvolvimento?

No intuito de se explorar a temática apresentada optou-se por analisar os relatórios de sustentabilidade, elaborados e publicados segundo as diretrizes da *Global Reporting Initiative*, de empresas inseridas em dois contextos nacionais diferentes. Assim, foram adotados, como parâmetros de análise os relatórios reportados por empresas canadenses e brasileiras em 2008.

Para uma melhor compreensão da problemática abordada pelo presente artigo, o mesmo foi estruturado em sete seções: introdução; um paradigma pautado por valores de sustentabilidade social, econômica e ambiental; uma comunicação global de ações sustentáveis: a *Global Reporting Initiative*; Canadá e Brasil: alguns indicadores comparativos; metodologia e procedimentos de pesquisa; uma comparação entre os relatórios sustentáveis canadenses e brasileiros; e, considerações finais.

2 UM PARADIGMA PAUTADO POR VALORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL, ECONÔMICA E AMBIENTAL

Esta seção foi realizada com o intuito principal de apresentar a contextualização de ascensão de uma compreensão da realidade pautada por premissas de sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Em um momento de questionamento sobre as estruturas mundiais, as relações de poder estão ameaçadas, e nelas as elites dominantes se enfraquecem quanto a seu lugar privilegiado nas tomadas de decisões, logo, uma aceitação social mediante as extremas mais valias adquiridas por tais sujeitos sociais faz-se necessária, para que assim, um consenso comunitário não destitua o poder até então imperante.

Todavia, a ação de tais agentes sociais incorre em consequências ambientais nem sempre responsáveis. A análise da problemática ambiental se dá por uma diversidade de abordagens, as quais se mostram distintas em alguns pontos e convergentes em outros. Nesse sentido, para uma melhor compreensão, será adotada a via interpretativa das ciências sociais.

Segundo Zioni (2005, p.39) “para discutir a relação entre as ciências sociais e o meio ambiente, é fundamental uma reflexão sobre o cenário em que essas questões emergiram: a modernidade”. De acordo com o discurso da autora, o ambiente sofreu uma série de alterações, em séculos passados, promotoras de uma sociedade fadada aos dizeres capitalistas. Alguns exemplos podem ser relatados pelas reformas: religiosa e social, bem como, o das revoluções industriais.

A modernidade trouxe gradativamente uma exigência de sociabilização do homem para com o meio e vice-versa. Os mecanismos de produção desenvolvidos, se analisados de maneira isolada, pouco emancipam a sociedade atual das comunidades antigas, porém, se aliados aos acontecimentos ambientais, se constatará a emergência de novas representações concebidas por inéditas relações de poder.

Por meio de ocorrências históricas, acontecimentos sociais e desenvolvimentos econômicos vislumbra-se, na modernidade, a construção de um novo significado à vida social. Ainda que por formas hegemônicas de conhecimento, a elucidação sobre

o movimentar do mundo se dá pela aliança das vertentes sociais e naturais ao adicionarem em uma dialética recíproca o conhecimento científico e a razão.

Fica nítido que o cenário constituído ao longo do tempo fica amparado por uma sequência de movimentações econômicas caracterizadas como o próprio desenvolvimento. Este, para Coimbra (2002, p.51):

é um progresso contínuo e progressivo, gerado na comunidade e por ela assumido, que leva as populações a um crescimento global e harmonizado de todos os setores da sociedade, através do aproveitamento dos seus diferentes valores e potencialidades, em modo a produzir e distribuir os bens e serviços necessários a satisfação das necessidades individuais e coletivas do ser humano por meio de um aprimoramento técnico e cultural, e com (sic) menor impacto ambiental possível.

É pertinente comentar, porém, que ao longo da historicidade econômica não foram promovidas ações de desenvolvimento benfeitoras a todas as sociedades e ao meio ambiente. Surgiram inúmeras tentativas explicativas no intuito de justificar algumas atitudes governamentais e até mesmo organizacionais. Todas elas, a sua maneira, contribuíram com algo novo à academia. É concedido um destaque à teoria do desenvolvimento por seu aprofundamento sócio-político.

Montibeller (2007, p.57) admite as teorias do desenvolvimento como “o conjunto de formulações que visa a compreender e modificar a realidade pelo exame dos mecanismos segundo os quais os fenômenos sociais se interrelacionam, dos elementos principais que respondem pela evolução da economia e das tendências seculares”.

Representantes e auxiliares fundamentais do desenvolvimento são as instituições. O desenvolvimento econômico ocorre em ambientes institucionais, por meio de atividades produtivas, negociações virtuais, redes de relacionamento, cadeias de suprimento, além de uma série de estruturas tão possíveis quanto maior for a tecnologia empregada. Percebe-se a inerência da atividade inovadora em todos os processos envolvidos.

A instituição se apresenta como protetora da propriedade privada ao incentivar investimentos que apreciem decisões democráticas capazes de disponibilizar socialmente os benefícios oriundos de tais negociações. Montibeller

(2007) defende que para um desenvolvimento adequado a qualificação institucional é condição necessária, mas, insuficiente para sanar os problemas sociais e ambientais em toda sua contingência.

Existem muitos fatores implícitos em possíveis soluções de inúmeras patologias sociais e ambientais provenientes dos mecanismos de desenvolvimento econômico. Através da concepção capitalista da economia, a sociedade e o meio ambiente estão imersos em uma rede entrelaçada de custos estatais, industriais, econômicos, sociais e ambientais. Todavia, a importância dos últimos, na grande maioria dos estudos, é relegada a oscilação descontínua da engenharia econômica.

A insuficiência estatal e a ineficiência do setor privado impedem que as questões ambientais e sociais sejam plenamente respondidas. Entretanto, não é correta a crítica unilateral ao sistema, bem como, é insatisfatória a plena aceitação do mesmo. Observa-se a necessidade de reinstitucionalizar modelos, normas, valores e mitos que já não atendam a sociedade em seus anseios por melhor qualidade de vida.

O modelo capitalista é o “representante legítimo e universal da racionalidade, cuja proposta era libertar o homem do reino das necessidades pelo uso científico dos recursos naturais e econômicos do planeta, pela adaptação do conhecimento científico à produção, processos que criariam riquezas incessantemente” (ZIONI, 2005, p.41).

Jamais se observou tal nível de inovação e desempenho tecnológico, entretanto, os índices de desenvolvimento humano e de qualidade de vida não acompanham o fator econômico. Montibeller (2007) admite que a economia, quando em crescimento, instiga degradação, poluição e esgotamento de bens ambientais e, quando em retração, despreza as questões ambientais por implicarem em custos adicionais.

De acordo com Brunacci e Philip Jr. (2005), a era de conquistar o desenvolvimento econômico sem qualquer restrição e à custa de prejuízos ambientais já não permanece, entretanto, persiste em algumas culturas organizacionais. Há de se compreender a insuficiência de fatores naturais, dos quais depende a sobrevivência

social do planeta. É ainda mais importante reconhecer que após a geração presente outras virão e também habitarão neste mesmo território.

Diaz (2002) discorre sobre a urgência de se romper com a filosofia do crescimento ilimitado, uma vez que o desenvolvimento insustentável apresentará limites de esgotamento em tempos breves, caso as tendências sociais e econômicas não sejam transformadas em prol do bem-estar da população mundial.

Exige-se uma nova interpretação sobre o funcionamento econômico e social no mundo. Ainda que algumas ações voluntárias ocorram por empresas e governantes, elas são insatisfatórias, pois é reconhecida a capacidade econômica das nações e organizações de apresentarem, conforme Montibeller (2007), um comportamento menos agressivo à natureza somente quando pressionadas por externalidades com poder de regulação comprovados.

Entretanto, sociedade, meio ambiente e economia já se entrelaçam, mesmo que teoricamente. Há uma série de denominações tais como economia ambiental, economia ecológica, economia humana, em que cada uma representa uma abordagem explicativa do problema. O que mais interessa é a dimensão econômica associada às questões ambientais, por ser situação fundamental na formulação de diretrizes de atuação do governo, das empresas e dos cidadãos para a própria compreensão dos fatos e das relações sociais, culturais e políticas (CALDERONI, 2004).

Emerge, então, um novo paradigma, o da sustentabilidade entendido como aquele que

expressa hoje o desejo de quase todas as sociedades, em qualquer parte do mundo, por uma situação em que o econômico, o social e o ambiental sejam tomados de maneira equânime. Então, não basta apenas haver crescimento econômico, avanço tecnológico e as instituições; e, sim, pensar na revolução tecnológica e no arcabouço institucional objetivando o bem-estar social com a amplitude a este inerente (MONTIBELLER, 2007, p.59)

Torna-se imprescindível a ocorrência de um crescimento econômico pautado por características de sustentabilidade, logo, o vocábulo ‘sustentável’, em palavras de Brunacci e Philip Jr. (2005, p.274), ao qualificar o tipo de desenvolvimento que se deseja “deve ser aplicado à realidade ambiental do presente”.

Dentro deste aparato interpretativo as mudanças institucionais tornam-se necessárias, uma vez que as instituições precisam ser eficientes no atendimento pleno dos anseios originados em diferentes tempos. Tais transformações confirmam a insustentabilidade do antigo paradigma desenvolvimentista. Por esta evolução da importância da questão ambiental através da economia vislumbram-se as decisões políticas e econômicas sendo alinhadas a preceitos sustentáveis.

Os interesses econômicos não podem discernir dos ecológicos, uma vez que a boa satisfação da economia é uma consequência da exploração dos recursos naturais. No entanto, a essência da sustentabilidade precisa ser compreendida, no intuito de evitar ações não condizentes com valores éticos, ambientais e representativos de uma responsabilidade social corporativa.

Os princípios e atitudes organizacionais que resultem em ações socialmente responsáveis são compreendidos como comportamentos promotores de um desenvolvimento sustentável. Por meio de políticas consistentes de responsabilidade social, as empresas tomam para si preocupações referentes aos *stakeholders* e comunidades atingidas por suas atividades operacionais. Clapp (2005) argumenta que por meio de uma conscientização socialmente responsável, os empresários extraem um bom senso de negócios, situação que os encorajam a agir por um caminho sustentável para com a sociedade e o meio ambiente.

Por tantos discursos existentes, há “a possibilidade de um entendimento pragmático e imediatista que conduz ao risco de se implantar um programa de sustentabilidade do desenvolvimento como sutil desdobramento de uma política moldada por um sistema capitalista ainda conservador e predatório” (BRUNACCI; PHILIP Jr., 2005, p.268).

Tanto que para Leff (2008) os problemas ambientais assumem a responsabilidade de questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram um crescimento econômico pautado por práticas de degradações ecossistêmicas. Sistemas políticos, instituições, tratados ou acordos internacionais que vislumbrem problemáticas ambientais e sociais pela abordagem sustentável, devem ser capazes de transpor as barreiras físicas no intuito de uma

maior eficácia na resolução de calamidades. Torna-se cada vez mais necessária uma resposta institucional que vislumbre, em seu agir, uma racionalidade que contemple a responsabilidade social e econômica como fenômenos de interesses aliados à continuidade desenvolvimentista do capitalismo.

Esta resposta tem de ocorrer por uma ótica capaz de abranger as diferenças e especificidades entre as nações, organizações e sociedades (SACHS, 1993), de uma maneira que, sua intervenção em favor da humanidade e do meio ambiente seja aceita como verdade, e, conseqüentemente, como um apoio ao acontecimento do desenvolvimento sustentável. Os vieses ambientais não são de responsabilidade exclusiva das nações, das empresas e da humanidade, mas de todos os que habitam e agem intensivamente sobre o planeta Terra.

Como afirmou MacNeill, Winsemius e Yakushijt (1992, p.16) “o mundo avançou agora da interdependência econômica para a interdependência ecológica – e até, para além desta, para um entrelaçamento entre ambas”.

Portanto, de acordo com Zioni (2005), para a solução dos problemas e desequilíbrios evidenciados propõe-se um novo paradigma de sustentabilidade, que parta da crítica do conhecimento existente, e evolua do monoculturalismo ao multiculturalismo de tal forma que o domínio global da ciência moderna não possa silenciar os outros saberes, e assim, emancipe-se um conhecimento que consiga discernir a objetividade da neutralidade.

Por meio desta discussão propõe-se este presente estudo. Bem por isso, apresenta-se em sequência um modelo internacional de relatório sustentável proposto pela *Global Reporting Initiative* e em seguida apresenta-se, brevemente, um contexto geral sobre as nações brasileiras e canadenses.

3 UMA COMUNICAÇÃO GLOBAL DE AÇÕES SUSTENTÁVEIS: A *GLOBAL REPORTING INITIATIVE*

Nesta seção será apresentada a *Global Reporting Initiative* e suas diretrizes para a elaboração de um relatório de sustentabilidade. De maneira resumida serão discorridos sobre os propósitos desta iniciativa, suas diretrizes para elaboração de

relatórios sustentáveis, preocupações quanto ao conteúdo destes relatórios, a estruturação destes documentos, e os critérios para os níveis de aplicação dos mesmos.

Conforme a *World Commission on Environment and Development* (WCED) o desenvolvimento sustentável consiste em não comprometer a sobrevivência de gerações futuras através da exploração responsável de recursos naturais no presente (BRUNDTLAND, 1987). Esta concepção agrega em si definições convencionais sobre os objetivos econômicos e sociais da humanidade por uma abordagem de longo prazo ao considerar questões ambientais em suas premissas.

Em um contexto de articulação entre sociedade, economia e meio ambiente, as organizações passam a sofrer uma série de exigências provenientes de inúmeras fontes de pressões. As empresas, mediante as consequências ambientais geradas através de suas atividades, precisam alcançar legitimidade social por ações responsáveis que as validem na angariação de recursos, de maneira que possam sobreviver em alicerces estruturados por pressões institucionais coercitivas, normativas e miméticas (FERNANDEZ-ALLES; VALLE CABRERA, 2006).

Dentre as iniciativas compostas por princípios de governança referenciados as problemáticas ambientais e exigentes de participações ativas de empresas localizadas ao redor do mundo constam: o *Un's Global Compact*, o *Organizational for Economic Cooperation and Development's* (OECD), as *Guidelines for Multinational Enterprises*, e a *Global Reporting Initiative*. Dentre estes movimentos, que se responsabilizam por orientar o comportamento sustentável das organizações, destaca-se a *Global Reporting Initiative* (GRI).

A GRI busca satisfazer a necessidade de uma comunicação clara e transparente, em um âmbito global de compartilhamento de estruturas de conceitos apresentados por uma linguagem coerente, através de uma estrutura confiável para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, possível de ser utilizada por organizações de todos os tamanhos, setores e localidades. A GRI é uma organização independente e global que conta com a colaboração de especialistas de vários países de todo o mundo e possui uma estrutura de governança *multistakeholder* proveniente

de empresas, organizações não-governamentais, trabalhadores, consultores, governos, universidades, institutos de pesquisa e associações empresariais (GRI, 2009). Esta organização elaborou um documento intitulado “Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade”.

Alguns princípios precisam ser observados pelas empresas interessadas em elaborar seus relatórios sustentáveis de acordo com as diretrizes oferecidas pela *Global Reporting Initiative*, os quais são descritos no quadro em seqüência.

Quadro 01 – Princípios previstos pela GRI à elaboração de relatórios sustentáveis

Princípios para definição do conteúdo do relatório
Materialidade: “as informações no relatório devem cobrir temas e indicadores que reflitam os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização ou possam influenciar de forma substancial as avaliações e decisões dos <i>stakeholders</i> ” (GRI, 2009, p.8)
Inclusão dos <i>stakeholders</i> : “a organização relatora deve identificar seus <i>stakeholders</i> e explicar no relatório que medidas foram tomadas em resposta aos seus interesses e expectativas procedentes” (GRI, 2009, p.10)
Contexto da sustentabilidade: “o relatório deverá apresentar o desempenho da organização no contexto mais amplo da sustentabilidade” (GRI, 2009, p.11)
Abrangência: “a cobertura dos temas e indicadores relevantes, assim como a definição do limite do relatório, deverá ser suficiente para refletir os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos e permitir que os <i>stakeholders</i> avaliem o desempenho da organização no período analisado” (GRI, 2009, p.12)
Princípios para assegurar a qualidade do relatório
Equilíbrio: “o relatório deverá refletir aspectos positivos e negativos do desempenho da organização, de modo a permitir uma avaliação equilibrada do desempenho geral” (GRI, 2009, p.13)
Comparabilidade: “as questões e informações deverão ser relacionadas, compiladas e relatadas de forma consistente. As informações relatadas deverão ser apresentadas de modo que permita aos <i>stakeholders</i> analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e subsidiar análises sobre outras organizações” (GRI, 2009, p.14)
Exatidão: “as informações deverão ser suficientemente precisas e detalhadas para que os <i>stakeholders</i> avaliem o desempenho da organização relatora” (GRI, 2009, p.15)
Periodicidade: “o relatório é publicado regularmente e as informações são disponibilizadas a tempo para que os <i>stakeholders</i> tomem decisões fundamentadas” (GRI, 2009, p.16)
Clareza: “as informações deverão estar disponíveis de uma forma que seja compreensível e acessível aos <i>stakeholders</i> que fizerem uso do relatório” (GRI, 2009, p.16)
Confiabilidade: “as informações e processos usados na preparação do relatório deverão ser coletados, registrados, compilados, analisados e divulgados de uma forma que permita sua revisão e estabeleça a qualidade e materialidade das informações” (GRI, 2009, p.17)

Fonte: elaborado pelos autores a partir das informações disponibilizadas pela GRI (2009).

Quanto ao conteúdo, os relatórios de sustentabilidade desenvolvidos pelas empresas precisam conter: (GRI, 2009)

- Perfil: informações que fornecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, incluindo estratégia, perfil e governança;

- Informações sobre a forma de gestão: dados cujo objetivo é explicitar o contexto no qual deve ser interpretado o desempenho da organização numa área específica;
- Indicadores de desempenho: expõem informações sobre o desempenho econômico, ambiental e social da organização passíveis de comparação.

A GRI indica, ao todo, 79 indicadores, segmentados em essenciais e adicionais. Os indicadores essenciais são aplicáveis e considerados relevantes para a maioria das organizações. Todos os indicadores são dispostos da seguinte maneira (CONJUNTO DE PROTOCOLOS DE INDICADORES: EC, EN, HR, LA, PR, SO, 2009):

- 9 Indicadores de Desempenho Econômico (EC) (7 Essenciais e 2 Adicionais);
- 30 Indicadores de Desempenho em Meio Ambiente (EN) (17 Essenciais e 13 Adicionais);
- 9 Indicadores de Desempenho em Direitos Humanos (HR) (6 Essenciais e 3 Adicionais);
- 14 Indicadores de Desempenho em Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (LA) (13 Essenciais e 1 Adicional);
- 9 Indicadores de Desempenho em Responsabilidade pelo Produto (PR) (4 Essenciais e 5 Adicionais); e
- 8 Indicadores de Desempenho em Sociedade (SO) (8 Essenciais)

Estes relatórios são classificados em seis níveis diferentes e crescentes: C, C+, B, B+, A, A+. Cada letra representa a exigência de critérios específicos, e o símbolo '+' indica que houve verificação externa do relatório a ser reportado. Os critérios exigidos para cada nível de qualificação dos relatórios são apresentados na figura abaixo.

Figura 01 – Níveis de aplicação da GRI

Relatório Níveis de aplicação		C	C+	B	B+	A	A+
Conteúdo do Relatório	Perfil da G3 RESULTADO	Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4, 4.14 a 4.15.		Responder a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13, 4.16 a 4.17.		O mesmo exigido para o nível B	
	Informações sobre a Forma de Gestão da G3 RESULTADO	Não exigido	Com Verificação Externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa
	Indicadores de Desempenho da G3 & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial RESULTADO	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, dir. humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada Indicador essencial da G3 e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	

*Suplemento Setorial em sua versão final.

Fonte: NÍVEIS DE APLICAÇÃO DA GRI (2009, p.2).

Quando os relatórios são submetidos à conferência e validação da própria GRI, eles recebem um selo adicional, o qual é independente de processos de auditorias externas.

4 CANADÁ E BRASIL: ALGUNS INDICADORES COMPARATIVOS

Nesta seção serão apresentadas algumas informações relevantes sobre o Brasil e o Canadá, e posteriormente, ambas serão comparadas por dados provenientes das avaliações do *United Nations Development Programme* em referência aos seus respectivos Índices de Desenvolvimento Humano.

O Canadá tem como capital a cidade de Ottawa na Província do Ontário. O país é detentor da segunda maior extensão territorial do planeta, com 9.970.610km². Seu sistema político é organizado por meio de uma monarquia constitucional e um estado federal com um parlamento democrático. A moeda oficial da nação é o ‘dólar canadense’. Possui uma população de 33.592.686 habitantes e dois são os seus idiomas oficiais, o inglês e o francês. As principais indústrias canadenses são: automobilísticas, de papel e celulose, siderúrgicas, de maquinários e equipamentos, produtos de alta tecnologia, de mineração, extração de combustível fóssil, madeiras e agrícolas. Suas exportações são significantes em: veículos e peças

automotivas, maquinários diversos, produtos de alta tecnologia, óleo, gás natural, metais, produtos florestais e agrícolas (CANADA, 2009).

A capital brasileira é a cidade de Brasília, situada no Distrito Federal. Com seus 8.511.965km², o Brasil é o quinto país em extensão do mundo. Em termos políticos, trata-se de uma nação republicana, federalista e presidencialista. A moeda oficial do país é o 'real'. Possui uma população de 183.987.291 habitantes e tem como idioma oficial o português. A economia brasileira está baseada na agricultura, pecuária, pesca, mineração e indústria. O Brasil é grande exportador de minérios de ferro e seus concentrados, aviões, soja, pastas químicas de madeira, automóveis, calçados, suco de laranja e café (IBGE, 2009).

Após esta breve apresentação das duas nações selecionadas para compor as referências organizacionais deste artigo, passa-se a comparação das mesmas por meio de informações publicadas pela *United Nations Development Programme* no ano de 2008, as quais compõem o escopo analítico para concepção dos Índices de Desenvolvimento Humano. Assim, no quadro abaixo são apresentadas, em relação ao Canadá e Brasil, as seguintes considerações: colocação no ranking de IDH, o próprio IDH, a expectativa média de vida, as taxas de alfabetização e matrículas e o PIB per capita em unidades monetárias norte-americanas.

Quadro 02 - Indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano para o Canadá e Brasil

	Canadá	Brasil
Colocação no Ranking de IDH	3º	70º
Índice de Desenvolvimento Humano	0,967	0,807
Expectativa de Vida	80,4 anos	72 anos
Taxa de Alfabetização	99,0%	89,6%
Taxa de Matrículas	99,3%	87,2%
PIB per Capita (US\$)	36,687	8,949

Fonte: elaborado pelos autores a partir de informações disponibilizadas pela UNDP (2008).

Por meio dos dados disponibilizados pelo quadro anterior é indubitável que a nação canadense oferece melhores indicadores que retratam um trabalho mais excelente quanto às preocupações sociais avaliadas pelas metodologias de concepção do Índice de Desenvolvimento Humano. Assim, entre Canadá e Brasil, pela abordagem avaliativa da *United Nations Development Programme* em referência aos

IDHs dos países, admite-se que a nação canadense participa de um melhor desenvolvimento social e econômico.

Mediante esta validação intenta-se investigar se esta qualificação socioeconômica é estendida à realidade organizacional desta nação, bem por isso, na seção seguinte será realizada uma comparação entre os relatórios sustentáveis das empresas canadenses e brasileiras publicados segundo as diretrizes da *Global Reporting Initiative* no ano de 2008.

Por meio deste exercício de confrontação espera-se investigar se os relatórios sustentáveis de empresas canadenses correspondem às qualificações sociais e econômicas da nação, ou, se os relatórios das empresas brasileiras, apesar de inseridas em uma realidade social menos favorecida, demonstram maior adesão a discussões sustentáveis.

Não está entre os propósitos deste estudo abordar discussões críticas relacionadas a estruturação e análise dos IDHs, uma vez que os mesmos foram adotados como parâmetro de identificação do nível de desenvolvimento de cada nação. Embora existam muitas outras metodologias potencialmente capazes de conceder plenitude a este exercício analítico, optou-se pela escolha do IDH pelo fato, de em sua categorização de informações, elencar discussões sobre expectativa de vida, acesso a educação e padrão decente de vida, as quais, ainda que unicamente representada por números, já concedem ao leitor uma visão geral sobre as realidades sociais vivenciadas nas nações adotadas como referências da presente pesquisa.

5 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Conforme teorização metodológica proposta por Martins e Theóphilo (2007), este trabalho desenvolveu-se como uma pesquisa de natureza básica. A abordagem do problema aconteceu de maneira qualitativa. Os objetivos foram analisados do ponto de vista exploratório. Em relação aos procedimentos técnicos, classificou-se como bibliográfica e documental. Além disso, foi elaborado um levantamento teórico-metodológico sobre sustentabilidade. Também foi introduzida a *Global*

Reporting Initiative como promotora de um padrão de comunicação global de ações empresariais sustentáveis.

No intuito de responder a problemática apresentada pelo presente artigo, houve o interesse de se analisar os relatórios sustentáveis de empresas inseridas em dois contextos nacionais diferentes. Assim, para que o estudo alcançasse sua razão de existência optou-se por selecionar dois países que fossem respectivamente do continente norte americano e sul americano. À seleção destas nações foi observada a colocação dos países norte americanos e sul americanos em referência aos seus respectivos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

O IDH é o índice composto mais utilizado para investigar o desenvolvimento humano das nações. Trata-se de uma mensuração sumária de médias nacionais em relação atividades de alcance e manutenção de algumas preocupações sociais, tais como (UNPD, 2008):

- Uma vida longa e saudável (medida pela expectativa de vida);
- Acesso ao conhecimento (mensurado por dois indicadores: taxa de alfabetização, e crescimento de matrículas nos níveis educacionais primários, secundários e terciários); e,
- Um padrão de vida decente (verificado pela medição do Produto Interno Bruto per capita em dólares norte-americanos, a qual indica o poder de consumo das nações).

Foi estabelecido que para a operacionalização do estudo em questão seriam considerados os países norte americano e sul americanos ranqueados entre os 70 maiores Índices de Desenvolvimento Humano. Estas nações são apresentadas no quadro em sequência.

Quadro 03 - Países norte americanos e sul americanos ranqueados entre os 70 maiores IDHs

Países Norte Americanos		Países Sul Americanos	
03.	Canadá	46.	Argentina
15.	Estados Unidos	47.	Uruguai
51.	México	61.	Venezuela
		70.	Brasil

Fonte: elaborado pelos autores a partir de informações disponibilizadas pela UNDP (2008).

Para compor as análises desta pesquisa foram adotadas a nação norte americana melhor colocada no ranking de IDH e a nação sul americana com pior colocação entre os 70 maiores Índices de Desenvolvimento Humano, logo, foram selecionados respectivamente o Canadá e o Brasil. Estes países foram apresentados em uma seção específica deste artigo com algumas informações gerais. Após esta breve introdução às duas nações, elas foram comparadas por meio de índices comparativos que compõem a avaliação de seus respectivos Índices de Desenvolvimento Humano realizada pela *United Nations Development Programme* (UNDP) em 2008, visto que neste ano foi disponibilizado o relatório mais recente de apresentação de IDHs de todos os países.

Os relatórios sustentáveis das empresas canadenses e brasileiras publicados segundo as diretrizes da *Global Reporting Initiative* no ano de 2008 foram analisados e comparados por algumas informações escolhidas após uma análise realizada junto ao documento 'Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade' elaborado pela GRI. Estas são:

- Setores representados na publicação destes relatórios;
- Níveis de aplicação dos relatórios; e,
- Indicadores mais reportados em cada categoria avaliada pela GRI.

A obtenção, análise e comparação destes relatórios foram possibilitadas por um serviço gratuito oferecido pelo site da *Corporate Register*. Trata-se de uma iniciativa global sustentada por contribuições financeiras de diversas ordens e que proporciona grande parte de seus serviços de forma gratuita. Os acessos ao site para devida coleta dos dados ocorreram entre os dias 14 de maio de 2009 e 02 de setembro de 2009. É interessante informar também que os relatórios analisados foram publicados no ano de 2008 e referem-se ao exercício de 2007.

Assim, de maneira resumida expõe-se por meio do quadro em sequência as principais investigações a serem realizadas nos esforços de pesquisa do presente artigo.

Quadro 04 – Protocolo de análise de dados

Categorias	Principais Referências	O que verificar?	Fonte
Um contexto geral sobre sustentabilidade	Brunacci e Philip Jr. (2005); Diaz (2002); Montibeller (2007); Zioni (2005)	Como se estabelece, em âmbito teórico, a discussão sobre uma realidade amparada por premissas sustentáveis?	Levantamento bibliográfico
Um padrão internacional de comunicação de ações sustentáveis	GRI (2009)	Como se estrutura, se avalia e se disponibiliza ao meio um relatório de sustentabilidade publicado por organizações?	Levantamento bibliográfico e análise documental
Uma comparação entre Canadá e Brasil	IBGE (2009); Canadá (2009); UNDP (2008)	Dados gerais e introdutórios que apresentem estas nações aos leitores e compará-las por meio de dados e informações utilizadas para a elaboração dos Índices de Desenvolvimento Humano.	Levantamento bibliográfico e análise documental
Os relatórios sustentáveis canadenses e brasileiros	Corporate Register (2009); GRI (2009)	A qualidade dos relatórios canadenses e brasileiros por meio de algumas informações comparativas já mencionadas na metodologia	Análise documental

Fonte: elaborado pelos autores a partir das proposições do estudo

6 UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS RELATÓRIOS SUSTENTÁVEIS CANADENSES E BRASILEIROS

Para realização do estudo em questão foram abordados como padrão de análise os relatórios sustentáveis canadenses e brasileiros que foram publicados no ano de 2008 em conformidade as diretrizes sugeridas pela *Global Reporting Initiative*. O acesso, análise e confrontação destes relatórios foi possibilitada pelo site da *Corporate Register*, uma iniciativa internacional, cuja maioria de seus serviços são disponibilizados gratuitamente.

Os acessos ao site mencionado ocorreram entre 14 de maio de 2009 e 02 de setembro de 2009. Por meio da pesquisa realizada foi possível verificar que 42 empresas canadenses publicaram seus relatórios de sustentabilidade, em 2008, segundo as diretrizes ofertadas pela GRI. Destes relatórios, apenas 38 puderam ser efetivamente analisados. Em relação ao Brasil, 57 empresas reportaram seus relatórios na metodologia orientada pela GRI no ano de 2008, das quais 54 disponibilizaram publicamente estes documentos.

Apesar das empresas brasileiras aparecerem em maior quantidade não é possível desenvolver qualquer comentário a respeito destes números iniciais, uma vez que não foram encontrados dados que informassem a quantidade total de empresas existentes no Canadá e no Brasil no ano de 2008. Entretanto, para a resposta do problema apresentado ao início deste artigo, o que mais importa é a qualidade destes relatórios e não a quantidade dos mesmos, bem por isso segue-se com uma análise integrativa de fatores que permitirão o alcance do objetivo de pesquisa proposto.

Para tanto, serão percorridos sobre os setores representados nas publicações destes documentos, os níveis de aplicações dos relatórios e os indicadores de desempenhos mais reportados em cada categoria apresentada pela GRI. O quadro em seqüência expõe os setores representados nas publicações de 2008, bem como a representatividade respectiva em relação ao total de relatórios reportados em cada um dos países pesquisados.

Quadro 05 – Representatividade de diferentes setores nos relatórios canadenses e brasileiros

Representatividade Canadá	Setores	Representatividade Brasil
--	Aço e Outros Metais	1,85%
--	Água	1,85%
--	Alimentício (Produção)	1,85%
2,63%	Alimentos e Bebidas	1,85%
--	Automobilístico e Peças	5,56%
2,63%	Companhias de Investimento	--
--	Construção Civil	7,41%
--	Cosméticos e Cuidados do Lar	1,85%
--	Distribuição de Combustíveis	1,85%
--	Eletro-eletrônico	3,70%
5,26%	Energia	22,22%
2,63%	Engenharia e Maquinários	--
--	Farmacêutico e Biotecnologia	3,70%
28,97%	Financeiro	7,41%
--	Indústrias Diversas	1,85%
2,63%	Laser, Entretenimento e Hotelaria	--
--	Mídia e Fotografia	1,85%
15,79%	Mineração	7,41%
5,26%	Papel e Celulose	11,11%
15,79%	Petróleo e Combustíveis	1,85%
2,63%	Produtos Domésticos e Têxteis	--
5,26%	Químico	9,28%
5,26%	Serviços Sociais de Apoio	--

2,63%	Telecomunicação	1,85%
2,63%	Transporte	1,85%
--	Varejo (Diversificados)	1,85%

Fonte: elaborado pelos autores a partir das análises dos relatórios canadenses e brasileiros

Para uma melhor compreensão do leitor, faz-se necessário explicar que as taxas de porcentagens representam uma parcela de todos os relatórios brasileiros e canadenses pesquisados. Assim, no contexto brasileiro a taxa de 1,85% indica um relatório dentre os 54 analisados, e à realidade canadense a taxa de 2,63% representa um relatório dentre os 38 analisados. Esta regra interpretativa é válida para os quadros 05, 06 e 07.

A *Corporate Register* segmenta os relatórios de sustentabilidade de todos os países em 42 setores diferentes. As empresas brasileiras que publicaram seus relatórios sustentáveis no ano de 2008 provêm de 21 destes setores, enquanto que as empresas canadenses representam apenas 16 de todos os setores apresentados. É interessante ressaltar que Brasil e Canadá têm elevada concentração de seus relatórios em um setor específico, respectivamente o de energia e o financeiro.

A ausência dos outros setores econômicos destas nações pode indicar que o modelo de relatório adotado como referência ainda esteja em fase de disseminação entre os diversos tipos de empresas existentes, ou, esta situação pode ser compreendida como a sinalização de acentuada adesão de determinados grupos organizacionais a modelos de gestão interessados em questões de sustentabilidade. Os setores energéticos e financeiros, com maior representatividade entre as publicações oriundas das duas nações analisadas, representam uma parcela do mercado altamente regulada por órgãos nacionais e internacionais, logo, mediante tantas normatizações exigidas em seus respectivos processos de funcionamento, existe uma facilidade maior à construção de um relatório sustentável.

Em sequência ao exercício analítico proposto, passa-se as considerações sobre o nível de aplicabilidade dos relatórios canadenses e brasileiros. Apesar da metodologia proposta pela GRI categorizar os relatórios em três níveis principais, em que cada um é sub-segmentado por qualificações conferidas por validações de terceiros, verificação da GRI e auto-declaração, nesta análise serão considerados

apenas a inserção dos relatórios nos níveis de aplicação A, B e C, em que A representa o nível de maior qualidade e C o de menor qualidade. Também serão incluídos os documentos publicados pelas empresas brasileiras e canadenses, em 2008, que tiveram sua elaboração orientada pelas diretrizes da GRI, mas que por opção não divulgaram qual o nível de aplicação destes relatórios. O quadro a seguir resume as informações levantadas.

Quadro 06 – Nível de aplicação dos relatórios canadenses e brasileiros

Relatórios Canadenses	Nível de Aplicação	Relatórios Brasileiros
15,79%	A	18,52%
31,58%	B	40,74%
23,68%	C	27,78%
28,95%	Não Divulgado	12,96%

Fonte: elaborado pelos autores a partir das análises dos relatórios canadenses e brasileiros

Apesar dos relatórios canadenses e brasileiros possuírem maior porcentagem no nível de aplicação B, ainda assim os documentos das empresas brasileiras reportados no ano de 2008 ficam a frente. A segunda maior porcentagem dos relatórios canadenses provém de organizações relatoras de suas atuações sustentáveis que, por algum motivo, não divulgaram o nível de aplicação destes documentos. O nível de aplicação C e A possuem representatividade próxima no Brasil e Canadá, no entanto, a nação brasileira participa de maiores porcentagens em todos os níveis analisados.

A grande parcela de relatórios canadenses que não tem seu nível de aplicação divulgado, assim como os brasileiros de idêntica classificação é intrigante. Por meio das análises realizadas foi possível encontrar dentre estes relatórios, documentos extremamente pobres em indicadores e, ao mesmo tempo, relatórios extremamente ricos, os quais, se submetidos a verificação da GRI seriam classificados como A. Todavia, mesmo se reclassificados, os relatórios canadenses ainda participariam de relevâncias inferiores em todos os níveis de aplicação, se comparados aos relatórios oriundos de empresas brasileiras.

Após esta comparação sobre o nível de aplicação dos relatórios canadenses e brasileiros, houve o interesse de verificar quais os indicadores mais reportados pelas empresas destas nações em cada categoria de desempenho avaliada pela *Global*

Reporting Initiative, que são: econômica, meio ambiente, direitos humanos, práticas trabalhistas e trabalho decente, responsabilidade sobre o produto e sociedade. O quadro abaixo contém os indicadores de desempenho mais reportados, em cada categoria, nos contextos canadense e brasileiro.

Quadro 07 – Indicadores de desempenho mais reportados nos relatórios canadenses e brasileiros

Relatórios Canadenses	Indicador de Desempenho	Relatórios Brasileiros
Econômico EC1 (89,47% dos relatórios canadenses e 90,74% dos relatórios brasileiros) Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos		
EN16 (86,84% dos relatórios) Total de emissões diretas e indiretas de gases causadores de efeito estufa, por peso	Meio Ambiente	EN3 (87,04% dos relatórios) Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária
HR4 (60,53% dos relatórios) Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas	Direitos Humanos	HR6 (79,63% dos relatórios) Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil
Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente LA1 (86,84% dos relatórios canadenses e 100% dos relatórios brasileiros) Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região		
Responsabilidade sobre o Produto PR5 (60,53% dos relatórios canadenses e 75,92% dos relatórios brasileiros) Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação		
Sociedade SO1 (68,42% dos relatórios canadenses e 77,78% dos relatórios brasileiros) Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída SO3 (68,42% dos relatórios canadenses - houve empate com o SO1) Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anti-corrupção da organização		

Fonte: elaborado pelos autores a partir das análises dos relatórios canadenses e brasileiros. Conjunto de Protocolos de indicadores EC, EN, HR, LA, PR e SO (2009).

Quatro dos seis indicadores mais reportados pelas empresas brasileiras e canadenses no ano de 2008 coincidiram, sendo eles o EC1, o LA1, o PR5 e o SO1. No caso do Canadá houve um empate nos indicadores de sociedade, logo além do SO1 é necessário relatar que o SO3 também apareceu em grande relevância junto a estes documentos. Em relação aos indicadores de meio ambiente e direitos humanos existe uma diferenciação entre os dois países.

Se observados junto a GRI todos estes indicadores supramencionados não representam dados de alta complexidade. Trata-se de informações possíveis de serem angariadas sem maiores esforços por empresas optantes em elaborar um relatório de sustentabilidade. Embora simples, não são desnecessários. Todavia, verifica-se que mediante a possibilidade de escolha de alguns indicadores para comporem os relatórios de níveis B e C, as empresas adotam como opção aqueles que não agregam alto esforço para concepção do respectivo índice.

Ainda em relação aos indicadores reportados no ano de 2008 pelas empresas canadenses e brasileiras, é interessante mencionar que eles somaram um total de 2704 no Brasil e 1567 no Canadá. Em termos de proporcionalidade admite-se que as empresas canadenses reportaram 21,44% a menos informações do que as empresas brasileiras. Esta divergência é justificada pelas relevâncias, em porcentagem, dos níveis de aplicação dos relatórios canadenses, os quais já foram discutidos acima.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo foi desenvolvido com a proposta de responder a seguinte pergunta: os países desenvolvidos apresentam relatórios de sustentabilidade mais completos que países em desenvolvimento?

Para que o questionamento alcançasse uma resposta consistente foi realizado um levantamento teórico-metodológico sobre sustentabilidade. A *Global Reporting Initiative* foi apresentada como um modelo internacional de estruturação de relatórios de sustentabilidade. As nações, brasileira e canadense foram brevemente apresentadas e comparadas por meio de seus Índices de Desenvolvimento Humano. Ao fim foi realizada uma análise comparativa entre os relatórios sustentáveis de empresas canadenses e brasileiras. Deste exercício apresenta-se um quadro resumo em sequência.

Quadro 08 – Comparação entre os relatórios de sustentabilidade canadenses e brasileiros

	Relatórios Canadenses	Relatórios Brasileiros
Índice de Desenvolvimento Humano	0,967	0,807
Setor mais representativo	Financeiro	Energético
Nível de Aplicação mais freqüente	B	B
Indicadores mais reportados	EC1/EN16/HR4/LA1/PR5/SO1,3	EC1/EN3/HR6/LA1/PR5/SO1
Número de indicadores reportados	1567	2704

Fonte: elaborado pelos autores a partir do estudo realizado.

A nação canadense é portadora de um IDH consideravelmente maior do que o participado pelo Brasil, possui como setor mais representado por seus relatórios o financeiro, enquanto que na realidade brasileira é concedido um destaque aos documentos oriundos do setor energético. Ainda que ambas as nações possuam maiores frequências para relatórios de sustentabilidade no nível de aplicação B, o estudo realizado demonstrou uma diferenciação, a maior, dos relatórios brasileiros em todas as estratificações qualitativas avaliadas pela GRI. Embora oriundas de realidades sociais distintas, conforme indicam seus respectivos IDHs, estas nações compartilharam quatro dos seis indicadores mais reportados por suas empresas no ano de 2008. E, os documentos brasileiros, de mesma data, disponibilizaram a sociedade e demais públicos interessados uma maior quantidade de informações.

O contexto de discussão sobre ações sustentáveis é amparado por uma série de preocupações, as quais precisam suprir os anseios de diferentes atores sociais por alinhar, nestes diálogos, interesses sociais, econômicos e ambientais. Entende-se que esta realidade, em relação às organizações, deveria alcançar maiores proporções e efetividade em nações mais desenvolvidas. Como padrão de análise de desenvolvimento dos países adotou-se como referência o Índice de Desenvolvimento Humano.

Em relação à análise comparativa entre Canadá e Brasil, o estudo em discussão chegou a uma conclusão que contraria a afirmativa anterior. Os relatórios de sustentabilidade publicados por empresas brasileiras no ano de 2008 conforme as diretrizes estabelecidas pela GRI, apesar de estarem inseridos em uma nação que não participa de uma posição muito edificante no ranking de IDH, apresentaram

melhores níveis de aplicação, representaram maior quantidade de setores e ofereceram um maior escopo de informações à sociedade.

Por ser uma pesquisa que comparou apenas duas nações ainda não se pode realizar nenhuma afirmação generalizadora a respeito da problemática levantada. Este artigo agrega um olhar inédito aos estudos até então realizados, uma vez que promove a discussão de um desenvolvimento sustentável por meio de uma comparação feita entre dois instrumentos de reconhecimento internacional e aplicáveis a realidade de todas as nações: o Índice de Desenvolvimento Humano e as diretrizes da *Global Reporting Initiative*. Estudos futuros podem ser feitos com a realização de novas comparações, e, ainda com a estruturação de uma análise longitudinal que vislumbre o comportamento de diferentes nações ao longo do tempo quanto à qualidade de seus respectivos relatórios de sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

BRUNACCI, A.; PHILIP Jr., A. Dimensão humana do desenvolvimento sustentável. In: PHILIP Jr, A.; PELICIONI, M.C.F. **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005, p.257-283.

BRUNDTLAND, G.H. **Our common future, World Commission on Environment and Development**. The first edition. Oxford: Oxford, 1987.

CALDERONI, S. Economia ambiental. In: PHILIP Jr, Arlindo; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G.C. **Curso de gestão ambiental**. Barueri: Manole, 2004, p. 571-617.

CANADA. **Government of Canada**. Disponível em: <<http://www.canada.ca/home.html>>. Acesso em: 05 de set. de 2009.

CLAPP, J. Global environmental governance for corporate responsibility and accountability. **Global Environmental Politics**. v.5, n.3, p.23-34, 2005.

COIMBRA, J.A. **O outro lado do meio ambiente**. Campinas: Millenium, 2002.

Conjunto de protocolos de indicadores: econômico, meio ambiente, responsabilidade sobre o produto, práticas trabalhistas, direitos humanos.

Disponível em:

<<http://www.globalreporting.org/Home/LanguageBar/PortugueseLanguagePage.htm>>. Acesso em: 16 de mar. de 2009.

CORPORATE REGISTER. **Global CSR Resources**. Disponível em:

<<http://www.corporateregister.com/>>. Acesso em: 14 de maio de 2009.

DIAZ, A.P. **A educação ambiental como projeto**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FERNANDEZ-ALLES, M.; VALLE-CABRERA, R. Reconciling institutional theory with organizational theories how neoinstitutionalism resolves five paradoxes.

Journal of Organizational Change Management, v.19, n.4, p. 503-517, 2006.

GRI. **G3-GRI Diretrizes para relatórios de sustentabilidade**. Disponível em:

<<http://www.globalreporting.org/Home/LanguageBar/PortugueseLanguagePage.htm>>. Acesso em: 16 de mar. de 2009.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 05 de set. de 2009.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MacNEILL J.; WINSEMIUS P.; YAKUSHIJI T. **Para além da interdependência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MONTIBELLER, G. **Empresas, desenvolvimento e ambiente: diagnóstico e diretrizes de sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2007.

Níveis de aplicação da GRI. Disponível em:

<<http://www.globalreporting.org/Home/LanguageBar/PortugueseLanguagePage.htm>>. Acesso em: 16 de mar. de 2009.

Relatórios de sustentabilidade das 54 empresas brasileiras e 38 empresas

canadenses. Disponível em: <<http://www.corporateregister.com/>>. Acesso em: 14 de maio de 2009 a 02 de set. de 2009.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI:** desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

UNDP (United Nations Development Programme). **Human development indices.** New York: UN Plaza, 2008.

ZIONI, F. Ciências Sociais e Meio Ambiente. In: PHILIP Jr, A.; PELICIONI, M.C.F. **Educação ambiental e sustentabilidade.** Barueri: Manole, 2005, p.39-58.

NOTAS

⁽¹⁾ Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (1997), mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999) e doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo (2005). Atualmente é professor da Universidade Estadual de Londrina e Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Gestão de Pessoas, atuando principalmente nos seguintes temas: alinhamento estratégico, gestão sustentável, aprendizagem e gestão por competências. Atualmente coordena o MBA em Gestão de Pessoas e é vice-coordenador do mestrado em administração, ambos no departamento de administração da UEL. Endereço: Universidade Estadual de Londrina, PPGA - UEL, Rodovia Celso Garcia Cid, s/n, 86050-890 - Londrina - PR. E-mail: munck@uel.br.

⁽²⁾ Doutorando em Administração na linha de Administração de Tecnologia, Qualidade e Competitividade pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná (PPGADM-UFPR). Mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá em Consórcio com a Universidade Estadual de Londrina (PPA-UEM/UEL) (2010), Especialista em Controladoria e Finanças pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2007) e em Gestão Empresarial pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (2008) e Bacharel em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2006). Pesquisador inscrito no grupo de pesquisas: Pessoas, Competências e Sustentabilidade. Tem experiência na área de Administração, com interesses de pesquisa e publicações nos seguintes temas: responsabilidade social empresarial, sustentabilidade organizacional,

desenvolvimento sustentável, crise ambiental, competências organizacionais e gestão de competências. Endereço: Rua Senador Souza Naves, 2677, Apto. 1601, 86015-430 - Londrina - PR. E-mail: rafaborim@yahoo.com.

Enviado: 21/11/2009

Aceito: 28/11/2011

Publicado: 16/08/2012